

COLONOS PRESSIONAM ITAIPU

"PRAÇA DE GUERRA" EM SANTA HELENA



Momentos de angustiante expectativa do escritório da Itaipu Binacional de Santa Helena, a partir do dia 14 pp.

Aproximadamente 400 colonos, proprietários de terras desapropriadas pela Itaipu, acamparam naquele local interditando as ruas com caminhões, tratores e outras máquinas agrícolas, impedindo a entrada e saída dos funcionários e veículos da empresa. A decisão foi tomada na véspera por uma Comissão de Agricultores, apoiada pelo Sindicato Rural daquela cidade e Comissão Pastoral de Terra. Nas primeiras horas da manhã, apenas os agricultores de Santa Helena fizeram o movimento de protesto, proclamando a "CARTA DE SANTA HELENA" na qual solicitaram o atendimento de várias reivindicações. O teor da Carta de Santa Helena é o seguinte:

AO POVO, AO GOVERNO E A ITAIPU

"Ao ser decretada a construção da Hidrelétrica de Itaipu e no período que se seguiu, a empresa construtora não poupou palavras bonitas para nós, Agricultores, atingidos pelo plano de desapropriação de terras para a formação do futuro reservatório. Estas palavras foram reservadas que nós nos conformássemos com a situação. Para tal era prometido uma indenização justa, facilidades em adquirir novas terras por parte do INCRA, além de outras coisas lindas.

Passados 5 anos de pressão psicológica que acabou com a nossa paciência, o preço oferecido pelas terras na indenização não ultrapassa a metade do valor oferecido por propriedades idênticas, fora da área a ser desapropriada.

No que se refere ao reassentamento, até hoje nada foi feito. O INCRA está "atarefadíssimo" na titulação da área. Existem agricultores na área a ser desapropriada que nem foram procurados para entregarem cópias das escrituras e outros documentos para a titulação. Conforme programa oficial daqui a um ano teremos que sair da área. Os que já receberam indenização por primeiro já compraram novas terras e fizeram três colheitas nas mesmas.

Nós que ficamos por último perguntamos: **COMO É QUE FICA A NÓSSA SITUAÇÃO?**

Em vista desta situação viemos de público fazer um apelo dramático ao

Governo e à Empresa Construtora, para que pelo menos tomem consciência de nossa situação.

Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com a indenização não conseguiremos que se refira ao reassentamento no Paraná, que é o nosso maior desejo, até hoje nem ao menos foi cogitado.

GOVERNO e INCRA - Queremos terras no Paraná. Não nos expulsem. Sabemos plantar e colher, mas só no Paraná. **NÓS AGRICULTORES DA ÁREA ATINGIDA PELA ITAIPU EXIGIMOS:** Reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam os cheques - Correção cada 90 dias - Receber o cheque no máximo em 15 dias - Indenização de nossas redes elétricas - Terras no Paraná - Maior rapidez por parte do INCRA. Ass. Agricultores da região da Itaipu. Santa Helena. 14 de julho de 1980.

AGRICULTORES DE OUTRAS CIDADES

Comunicados através de telefonemas ou por noticiários radiofônicos, grande número de agricultores das cidades de Marechal Cândido Rondon, Itacorá, Missal, Guaira e outras localidades, deslocou-se para Santa Helena. Na parte da tarde, aproximadamente 1.500 agricultores se agruparam de frente ao escritório da Itaipu. Várias carretas carregadas de gêneros alimentícios foram estacionadas no local, para garantir comida aos agricultores, segundo disseram, por 30 dias. Um serviço de auto-falante, denominado de "RÁDIO JUSTIÇA E PAZ" foi instalado em cima de um caminhão no qual vários oradores fizeram inflamados discursos justificando a atitude tomada contra a Binacional. O acampamento foi montado com inúmeras barracas de lona e plástico, onde se abrigavam os participantes do movimento. Dupla de cantores com acordeon e violão, inclusive mocinhas, animavam o espetáculo Chimarrão e pinga à vontade, cigarro de malha e muitos já falavam em fazer "um bom churrasco". Até um pequeno boteco se achava instalado no local, vendendo comida e bebidas. Faixas e cartazes com dizeres alusivos ao movimento foram espalhados nas imediações e colados nos parabrisas e parte traseira dos milhares de veículos es-

cionados.

Ciente do movimento, através de seu escritório naquela cidade, A Diretoria da Itaipu enviou para Santa Helena o seu Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha e alguns assessores, promovendo uma reunião da qual participaram os membros da Comissão de Agricultores, senhores Pastor Wernes Fuchs, da Pastoral de Terra Eno Baron, Marcelo Blitsch; Guido Guintzel (Sindicato de Medianeira); Arnildo Schmidt; Olivio Mario; Envall e Orestes José Gasperin, Além destes, participaram ainda da reunião os Drs Marcos Lichtenstein; Luiz Affonso S. Medina; Prefeito Naudé Pedro Prates; Deputado Werner Wanderer; Fidelcino Tolentino e Nelson Miguel Friedrich e os senhores Andreilino de Almeida Junior, Leonardo Blitsch, Calixto Rodrigues Freitas, Celso Baron, Guido Schley, Fredolino Wagner, Aldair Arnold, Alfredo Renner, Srta Noemia Renner, Ary Konrad (Comissão Pastoral de Terra), Ivo Adamanta (Sindicato de Medianeira), Hernani Pedro Pull (Sindicato de Medianeira), Aloisio Palmar (Comissão Justiça e Paz de Foz do Iguaçu).

REUNIÃO SEM IMPRENSA

Os representantes da imprensa escrita e falada, ao iniciar-se a reunião, por volta das 16 hs, foram barrados por funcionários da Itaipu, sob a alegação de que "cumpram ordens superiores e nenhum jornalista ou reporter poderia entrar". A reação não se fez esperar e os profissionais que se deslocaram até Santa Helena protestaram de forma veemente, alguns conseguindo furar o cerco e passar, após o que os demais tiveram sua entrada franqueada, embora a contra-gosto daqueles que guardavam o portão. Assim, se fizeram presentes Lincon Leduc (Rádio Difusora Rondon), Anselmo Cordeiro e Marcos Grutzmacher (O Paraná), Cauby Silva e Roselmo Tavares da Silva (HOJE Foz) e os "Free-lancer" João Adélino de Souza e Silvestre Duarte.

PAULO CUNHA POSICIONA ITAIPU

Abrindo a reunião, o Diretor Jurídico Adjunto da Binacional, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha, procedeu à leitura da "Carta de Santa Helena", que lhe fora entregue, passando ao debate com os agricultores, afirmando que, de imediato, o reajuste de 100%

sobre os preços atuais não era possível, por maior que fosse a boa vontade da Itaipu, acrescentando que "o preço médio praticado em toda a área de Itaipu, até o momento, após os vários reajustamentos, foi de 140 mil cruzeiros por alqueire. Esta média foi baseada em mais de 2.600 hectares indenizados, com cujos proprietários fizemos acordos. A divisão feita nestas indenizações, nos deram esta média de 140 mil cruzeiros. Se dobrarmos esse preço do mês de julho, o valor do alqueire se elevará para 280 mil cruzeiros, portanto muito acima da realidade desta região". Alegou ainda o Dr. Paulo que o orçamento global da Itaipu destina apenas 6 a 7 por cento para pagamento de desapropriações e com a elevação desta verba para 12 ou 14 por cento, a construção da Usina sofreria solução de continuidade dentro de seu cronograma que vem sendo religiosamente cumprido.

DEPUTADOS E AGRICULTORES PROTESTAM

Reagindo às palavras do Dr. Paulo, manifestaram-se os Deputados Fidelcino Tolentino e Nelson Friedrich, na defesa das reivindicações dos agricultores, mostrando a disparidade de preço pagos pela Itaipu e os que os agricultores terão que pagar para adquirir terras a elevadas taxas inflacionárias.

Os Deputados exemplificaram e reforçaram suas alegações dizendo que "em julho do ano passado um alqueire de terra custava, mecanizado, cerca de 70 a 80 mil cruzeiros e hoje não se compra por menos de 200 mil.

Embora o preço médio em toda a área seja de 140 mil cruzeiros, as propostas da Itaipu aos colonos oscilam entre 114 a 120 mil por alqueire de terra nua, mecanizada. Este processo é injusto e não atende aos interesses dos colonos, pois o preço do alqueire aqui na região está entre 200 a 300 mil cruzeiros, pois não existe terra melhor do que esta aqui de Santa Helena e todos sabem disso muito bem."

Acrescentaram ainda os defensores dos agricultores que as primeiras pessoas a serem indenizadas puderam comprar terras naquela região até 60 mil cruzeiros o alqueire, porque os agricultores naquela época estavam desiludidos e frustrados pelos prejuízos sofridos com geadas e o aviltamento